

Igreja provisional e ecumenismo: possibilidades e desafios em Christian Duquoc

Provisional Church and ecumenism: possibilities and challenges in Christian Duquoc

Elias Wolff¹
Eliseu Pereira²

Resumo

As principais igrejas cristãs de hoje reconhecem o problema da divisão e a urgência de promover e resgatar a unidade dos cristãos. Entendem que a unidade é o desejo de Cristo, conforme expresso na oração sacerdotal, “Que todos sejam um” (Jo 17,21), que é um dom de Deus e uma graça do Espírito Santo. O esforço ecumênico alcançou resultados significativos ao longo do último século, especialmente se se levar em conta a situação separação e hostilidade entre as igrejas cristãs no final do século XIX e início do século XX. Mesmo assim persistem obstáculos sérios no caminho da unidade fraterna entre as igrejas. O objetivo deste artigo é analisar a tese de Christian Duquoc em *Creo en la Iglesia: precariedad institucional y Reino de Dios* (2001) como contribuição ao diálogo ecumênico. A tese de Duquoc é que a Igreja deve se considerar como provisória a caminho do Reino de Deus que é o perfeito. O atributo de provisoriedade não diminui a natureza da Igreja, pelo contrário a engrandece, como comunidade de Cristo que espera e dá testemunho do Reino de Deus.

Palavras-chave

Igreja. Ecumenismo. Divisão. Unidade. Provisoriedade.

Abstract

Today's leading Christian churches recognize the problem of division and the urgency of promoting and rescuing Christian unity. They understand that unity is the desire of Christ, as expressed in the priestly prayer, "May they all be one" (Jo 17,21), which is a gift of God and a grace of the Holy Spirit. The ecumenical effort has achieved significant results over the last century, especially if one takes into account the situation of separation and hostility between Christian churches in the late nineteenth and early twentieth centuries. Even so, serious obstacles remain on the path of fraternal unity among the churches. The purpose of this article is to analyze Christian Duquoc's thesis on *Creo en la Iglesia: precariedad institucional y Reino de Dios* (2001) as a contribution to ecumenical dialogue. The thesis of Duquoc is that the Church should consider itself provisional as it is on the way to the Kingdom of God that is the perfect. The attribute of provisionality does not diminish the nature of the Church, on the contrary it dignifies it, as a community of Christ who waits and bears witness from the Kingdom of God.

¹ Doutor e mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Santa Cruz (PUSC). Bacharel em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Líder do grupo de pesquisa *Teologia, Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso*, cadastrado no CNPq. Coordenador do Núcleo Ecumênico e Inter-religioso (NEIr) da PUCPR e da Comissão Teológica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Contato: elias.wolff@pucpr.br.

² Doutorando e mestre em Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Especialista em Exegese e Interpretação Bíblica pela Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR). Bacharel em Teologia pela Faculdade Evangélica do Paraná (FEPAR). Bacharel em Administração Pública pela Faculdades do Brasil (UNIBRASIL). Contato: eliseugp@yahoo.com.br.

Keywords

Church. Ecumenism. Division. Unity. Provisionality.

INTRODUÇÃO

A palavra ‘ecumenismo’ é de origem grega, *oikoumenikos*, composta de *oikos* (casa) mais o sufixo *mena* (gênero feminino), derivada de uma expressão mais extensa ‘*oikoumenikos ge*’ (‘terra habitada’). A expressão era usada, inicialmente, para designar todo mundo civilizado nos tempos dos impérios gregos e romanos, em contraste com os povos bárbaros. Posteriormente, designou os povos sob o domínio do Império Romano. Era, assim, um conceito com nuances geográfica, cultural e política.

Depois, o termo veio a ser usado pelos cristãos, desde os primeiros concílios (século IV), em referência à Igreja espalhada por todos os lugares, isto é, a Igreja católica (universal). No sentido moderno, a palavra designa o movimento “a favor da unidade dos cristãos” (UUS 20), ou seja, visa “fazer crescer a comunhão parcial existente entre os cristãos até à plena comunhão na verdade e na caridade” (UUS 14).

Segundo Brakemeier (2001, p. 200), o termo ‘ecumênico’ equivale ao que hoje se chama “global”, e “exprime o desejo pela ‘Igreja toda’, pela recuperação da plena catolicidade que em nenhuma das instituições se encontra de forma acabada”.

Tal evolução do termo ‘ecumenismo’, no sentido eclesial, desde a era constantiniana até o presente, indica que a Igreja *católica* se reconhecia como ecumênica, mas passou por grandes divisões ao longo da história, o que torna necessário, agora, restaurar sua unidade, mediante um esforço conjunto de todas as igrejas cristãs. Aderir ao ecumenismo significa, então, que as igrejas assumem o desejo e o compromisso de resgatar a unidade que desfrutavam na unidade da fé comum antes das divisões. Essas igrejas não têm a missão de produzir a unidade, mas de resgatá-la como um dom e um desejo de Cristo para seu povo (BRAKEMEIER, 2001, p. 200). A unidade é um dom e uma tarefa. É Deus que concede a unidade e ao mesmo tempo, são os cristãos que a preservam (cf. Ef 4,3).

1 ECUMENISMO: DIVISÕES E UNIDADE

Wolff (2015, p. 385-386) observa que as principais divisões da Igreja não ocorreram apenas por motivos teológicos, embora esses estivessem envolvidos. Muitas vezes, os motivos políticos e culturais influíram até mais do que os motivos religiosos, sendo esses, então, apenas o pretexto formalmente assinalado para a divisão. As divisões sempre resultaram de tensões internas às próprias igrejas, do processo de institucionalização e da pretensão de supremacia. O inverso também é verdadeiro, ou seja, sempre que a Igreja acolheu as demandas do povo de Deus, os cismas foram evitados e as crises superadas.

Segundo Duquoc (2001, p. 30-32), a história da Igreja é marcada por “desvio do objetivo institucional comunitário em direção à violência governamental, jurídica ou política.”

As rupturas havidas ao longo da história da Igreja não podem ser atribuídas apenas a pecados, mas ao potencial conflitivo do “caráter instituído da igreja, inerente a sua visibilidade e fundamento de sua historicidade”. Tais conflitos estão presentes nas relações entre as igrejas (divisões), mas também dentro da própria Igreja (dissensões), e são da mesma natureza que os conflitos de toda a sociedade humana, qual seja, a concentração de poder produz injustiças e violência.

O moderno movimento ecumênico alcançou significativo progresso ao longo do século XX. Levando-se em conta a situação de divisão, afastamento e hostilidade entre os cristãos há 100 anos, hoje se pode dizer que “o *confronto* foi substituído pelo *encontro*” (BRAKEMEIER, 2001, p. 196, grifos do autor). As principais igrejas cristãs reconhecem que a unidade dos cristãos não é opcional ou acidental, mas obrigatória e constitutiva à natureza eclesial.³ Assim, essas igrejas passaram a assumir o ecumenismo como prioridade a fim de torná-la visível e efetiva.

Porém, apesar dos avanços, deve-se levar em conta também os diversos obstáculos que persistem no caminho da unidade das igrejas cristãs e que representam desafio para teólogos, pastores e igrejas de todo o mundo. Tomando por exemplo o caso brasileiro, que certamente se repete pelo mundo, Wolff (2011, p. 423) diz que ainda há baixa adesão ao ecumenismo. As motivações para o diálogo são frágeis, “em seu conteúdo, método e resultados”. Há mais envolvimento de organismos eclesiais do que propriamente de igrejas e suas lideranças. Além disso, persiste “o clima de desconfiança” que interfere nas “reais motivações dos que dialogam” (id). Os conflitos jurídicos, teológicos e pastorais entre as igrejas ainda são fatores de divisão a serem superados (WOLFF, 2002, p. 26). Há focos de resistência fundados em temores, memórias feridas e desconfianças entre as igrejas, risco de proselitismo e perda de poder.

Atualmente, percebe-se que a euforia ecumênica de meados do século XX dá sinais de arrefecimento, seja porque os esforços têm sido insuficientes, seja porque os passos para a unidade demonstraram ser mais difíceis do que inicialmente previstos. Chegou-se a um ponto em que ou as igrejas avançam para a unidade, ou todo o empreendimento ecumênico correrá o risco de retrocesso.

2 A ‘PROVISORIEDADE’ DA IGREJA UNA, SANTA, CATÓLICA E APOSTÓLICA

À vista do exposto, o problema ecumênico pode parecer esgotado e insuperável. Mas, diversos teólogos têm se dedicado ao tema, em busca de respostas adequadas, de modo que as igrejas encontrem novamente o caminho de tal unidade que preserve a natureza e a missão da Igreja, conforme querida por Jesus. Dentre esses, apresenta-se a obra de Christian Duquoc

³ O ecumenismo “não é só uma espécie de ‘apêndice’, que se vem juntar à atividade tradicional da Igreja. Pelo contrário, pertence organicamente à sua vida e ação, devendo, por conseguinte, permeá-la no seu todo e ser como que o fruto de uma árvore que cresce sadia e viçosa até alcançar o seu pleno desenvolvimento.” (UUS 20).

(1926-2008),⁴ dominicano francês, especialmente o livro *Creo en la Iglesia: precariedad institucional y Reino de Dios* (2001). Sua tese principal é que a Igreja deve ver a si mesma como uma instituição provisional, pois justamente aí está sua grandeza.

A partir da tese da Igreja provisional, Duquoc (1985, p. 79 apud WOLFF, 2007, p. 225) analisa as possibilidades da unidade dos cristãos e do diálogo ecumênico. A base argumentativa de Duquoc é que não há modelo de unidade pré-estabelecida, nem no Novo Testamento nem na história da Igreja. A unidade é um “movimento de abertura de cada igreja” visando à unidade universal de toda a Igreja (DUQUOC, 1985, p. 75 apud WOLFF, 2007, p. 225). A Igreja precisa repensar a si mesma como um todo, suas “doutrinas, espiritualidade, instituições, ministérios, missão” (WOLFF, 2007, p. 225), a fim de favorecer “a renúncia de uma ideia imperialista da unidade, a favor de um ministério de unidade articulado com a multiplicidade efetiva das Igrejas”, conforme Duquoc (1985, p. 118 apud WOLFF, 2007, p. 225). A defesa de pluralidade só pode obter êxito se as igrejas renunciarem à pretensão idealista de se equiparar à perfeição do Reino vindouro.

Ao analisar os conflitos *intra e enter ecclesia*, Duquoc (2001, p. 30) diz que é necessário pensar formas de resolver os conflitos “sem deixar de lado a missão evangélica das Igrejas”, mas também “sem eliminar a luta por reduzi-los”. Para tanto, acrescenta, é necessário articular “a história tempestuosa das Igrejas e sua finalidade transcendente, o Reino de Deus, evocado pelas notas que a confissão da fé apostólica reconhece à Igreja: una, santa, católica, apostólica” (DUQUOC, 2001, p. 30), que serão apresentadas a seguir.

2.1 Igreja una: unidade provisional

Seguindo a tese da Igreja provisional, Duquoc pensa a ‘unidade’ como uma figura ambígua, quer seja a originária, quer seja a instituída. Na prática, a unidade originária da Igreja primitiva (At 2,42-47) é objetivamente inacessível e não leva em conta o desenvolvimento histórico institucional. A unidade institucional, ao contrário, pressupõe a plena realização da unidade na história. Assim, enquanto a primeira figura se apropria da origem, a segunda se apropria do fim. Mas, como observa Duquoc, não é possível instituir nem a origem (unidade idealizada), nem a final (escatológica, realizada no Reino de Deus).

Como alternativa, muitos teólogos recorrem ao sacramento como modelo de unidade, pois o sacramento “articula no presente o visível e o invisível” (DUQUOC, 2001, p. 129). Neste caso, a unidade sacramental levaria à unidade institucional. Mas Duquoc questiona se é correto ampliar o conceito de sacramento a toda estrutura da Igreja. Segundo ele, a Igreja engloba os sacramentos, mas “não goza do estatuto técnico dos sacramentos englobados” (DUQUOC, 2001, p. 131). Como o governo da Igreja não é suficiente para garantir a unidade, incorre-se na

⁴ Padre dominicano, doutor em Teologia, professor emérito da Faculdade de Teologia de Lyon. Suas principais obras tratam de cristologia e eclesiologia, com enfoque no ecumenismo: *Iglesias provisionales: ensayo de eclesiología ecuménica* (1986); *Creo en la Iglesia: precariedad institucional y Reino de Dios* (2001).

tentação de aproximá-lo do status sacramental. Mas “se a unidade da igreja fosse sacramental, já estaria dada sempre no rito”, o que não se observa na história da Igreja (DUQUOC, 2001, p. 131). Os sacramentos “relativizam a instituição quanto à sua autoridade e a engrandecem quanto à sua missão” (DUQUOC, 2001, p. 131).

Segundo Duquoc, o argumento da ‘Igreja como sacramento’, se não devidamente explicado, pode levar a Igreja católica a reafirmar o modelo de unidade institucional (finalizada no sacramento), o que dificulta o diálogo e as negociações com as demais igrejas, bem como agrava o problema das dissensões internas da própria Igreja romana.

Baseado em Duquoc, Wolff (2007, p. 225) diz que a unidade saudável entre as igrejas é aquela que leva em conta o caráter provisório das igrejas. A Igreja será sempre “marcada pela provisoriedade da sua condição histórica,” por isso, “nenhuma comunidade cristã possa ter a pretensão de ser definitiva ou se impor como centro de referência para as demais”. É necessário distinguir entre o Reino definitivo (para o qual a Igreja caminha) e a Igreja provisional (que caminha em direção ao Reino de Deus). Se a Igreja considerar a si mesma definitiva como o Reino, nenhum diálogo ecumênico será possível. Para manter o diálogo ecumênico é necessário renunciar à violência, essa entendida como qualquer pretensão ou imposição que provoque divisão ou dissensão.

Portanto, segundo Duquoc (1985, p. 115 apud WOLFF, 2007, p. 226), “o ecumenismo apresenta esta originalidade de já não tratar das relações a partir de um centro real ou imaginário, mas em função da pluralidade”. É “na aceitação positiva da pluralidade que as Igrejas, por sua capacidade de comunhão, dão testemunho do Último (do Primordial). Sua aceitação provisória é realmente o critério de sua autenticidade” (DUQUOC, 1985, p. 115 apud WOLFF, 2007, p. 226). Desse modo, a autoconsciência da Igreja como provisional abre caminho para um diálogo humilde e franco entre as diversas igrejas particulares.

2.2 Igreja santa: santidade provisional

Normalmente se pensa que a Igreja é santa em sua origem e destino (santidade objetiva), mas seus membros são pecadores (pecaminosidade subjetiva). Tal solução visa preservar a Igreja, porém em prejuízo de seus membros, pois, nesse caso, como explicar os crimes e erros históricos da Igreja? Esses não foram apenas acidentes, mas “consequências lógicas da instituição”, em razão de sua suposta relação com a verdade e santidade absolutas (DUQUOC, 2001, p. 141).

Segundo Duquoc, a santidade da igreja deve ser considerada objetiva e subjetivamente, ou seja, incluindo todo o povo de Deus (clero e leigos), pois não há Igreja santa à parte de um povo pecador. Pelo contrário, tanto a Igreja como o povo de Deus são santos e pecadores, já que a Igreja é o povo de Deus e não algo à parte dele. Esse modo de pensar permite uma interpretação flexível, ao mesmo tempo em que preserva o ser e a missão da Igreja e exalta a graça de Deus, que trabalha “na instauração de seu Reino por meio de uma instituição marcada

pela precariedade e pelo aleatório” (DUQUOC, 2001, p. 137). É um paradoxo: a Igreja é santa em sua origem e destino, porém dá testemunho da santidade por meio de um povo pecador.

O aspecto positivo dessa condição é reforçar a noção de Igreja *semper reformanda*, na qual se busca estabelecer uma correspondência entre a instituição e suas ações. Se a Igreja se considerar investida do sagrado, sua tendência é “ater-se a si mesma, independente dos resultados que produz” (DUQUOC, 2001, p. 139). Por analogia ao debate acerca do sábado no Evangelho, Duquoc diz que, assim como o sábado era santo apenas se fosse para o bem do homem, assim também a Igreja somente será santa se servir o seu destino:

A instituição eclesial é santa por seu destino: religar o ser humano com Deus. Se ela se omitir dessa tarefa, quer dizer, se a instituição preferir sua superioridade, suas formas, sua intangibilidade, em vez de sua tarefa sempre nova de religar o homem com Deus, ela não cumprirá seu destino (2001, p. 139).

Assim, afirmar a santidade da Igreja é afirmar, por fé, que Deus cumprirá o destino da Igreja apesar de suas falhas. A santidade da Igreja define um movimento, não uma coisa. A santidade é uma tarefa constante, pois a santidade da Igreja está aberta ao inédito. Ela não escapa à ambiguidade da santidade subjetiva do povo de Deus. A santidade da Igreja é obra da graça de Deus que a Igreja acolhe em meio às suas ambiguidades e contingências. Essa postura abre caminho para reconhecer a mesma graça de Deus em operação nas demais igrejas.

2.3 Igreja católica: catolicidade provisional

Duquoc aborda o problema da catolicidade em face da divisão das igrejas e das dissensões internas. A existência de diversas igrejas faz com que o termo ‘católico’ perca o sentido original de ‘universal’, para se restringir a uma Igreja em particular: a Igreja Católica Apostólica Romana. Essa seria, então, a única Igreja que tem o direito de se afirmar católica, dada a sua “fidelidade plena à revelação” (DUQUOC, 2001, p. 141). Para Duquoc, as diversas soluções clássicas para interpretar a catolicidade não são satisfatórias. Tanto não é razoável uma catolicidade segundo a definição católico-romana, como também não o é a separação entre Igreja visível e invisível, conforme pensada pelas igrejas protestantes. Duquoc propõe pensar a catolicidade como uma articulação entre a Igreja visível e invisível (DUQUOC, 2001, p. 141).

Segundo o autor, não há como evitar o problema causado pelas divisões e dissensões à catolicidade da Igreja cristã, causado principalmente pela “incapacidade de harmonizar interesses divergentes” dentro da Igreja romana, como também pela defesa de particularidades denominacionais das igrejas protestantes (DUQUOC, 2001, p. 142). Pensar a articulação entre o visível e o invisível requer enfrentar as feridas causadas à catolicidade da Igreja. A questão central no diálogo ecumênico diz respeito à “forma visível do universal cristão” (DUQUOC, 2001, p. 143).

Duquoc observa que a violência das divisões e dissensões decorre da ligação entre o “destino universal” da instituição e o “absoluto da verdade que proclama” (DUQUOC, 2001, p. 143). Todas as igrejas cristãs concordam que a construção da catolicidade não poderia recorrer à violência, pois assim se “destruiria o sentido da universalidade postulada pelo cristianismo: um só Cristo e Senhor de todos” (DUQUOC, 2001, p. 143). Por um lado, a Igreja é destinada à universalidade e, por outro, não pode jamais recorrer à violência, pois o próprio Cristo nunca o fez. Toda submissão forçada seria contraditória ao próprio sentido da catolicidade.

Duquoc critica o pensamento clássico de que a catolicidade deve se realizar na instituição, como aquela que “encarna o interesse geral e uma verdade que a transcende” (DUQUOC, 2001, p. 143), e à qual todos os devem se submeter. Esse pensamento causa violência à Igreja e se fundamenta na convicção de que existe um “vínculo indestrutível entre a verdade e o destino universal” (DUQUOC, 2001, p. 145). Evidentemente a instituição eclesial se fundamenta na verdade do Evangelho, do qual é testemunha e ao qual não pode renunciar, sob risco de perder sua identidade.

Porém, a questão é: como a Igreja pode cumprir seu destino universal e dar testemunho da verdade absoluta de Cristo (Jo 14,6), sem recorrer à violência? Duquoc propõe que a Igreja supere esse delicado dilema entre universalidade e verdade, rompendo o que ele chama de “culto à unanimidade” (DUQUOC, 2001, p. 146), e aceite a diversidade de opiniões tanto interna como externamente. Isso funcionaria como uma terapia “contra a tentação católica de tratar socialmente a verdade” (DUQUOC, 2001, p. 146). Segundo o autor, comparadas à violência, as divisões e dissensões são um mal menor. Ele diz: “Só é legítima a palavra evangélica, anunciada sem violência [...] Se a verdade oprime e mata, não é digna de ser servida nem de ser amada [...] Só existe uma maneira de anunciar o Evangelho: a suave persuasão da palavra e do exemplo” (DUQUOC, 2001, p. 147-148).

As igrejas cristãs concordam quanto à universalidade do Reino de Deus, fundamentado em Jesus e instituído pelo Espírito Santo, mas divergem quanto à sua forma institucional. Por isso, Duquoc fala aqui também de catolicidade ambígua. Assim como a unidade e santidade, aqui também ocorre a mesma estrutura de articulação entre o visível e o invisível. Nenhuma instituição pode se conformar em si mesma como se já estivesse adequada ao seu destino universal, mas deve integrar o que lhe parece contraditório, ou seja, as dissensões internas, a pluralidade de igrejas e de religiões (DUQUOC, 2001, p. 149). Assim, a instituição eclesial afirma seu destino universal, mas, ao mesmo tempo, sua dependência do Espírito para realizá-lo.

2.4 Igreja apostólica: apostolicidade provisional

Diferente das notas anteriores, Duquoc (DUQUOC, 2001, p. 150) diz que a apostolicidade é a única nota que remete especificamente à origem da Igreja, pois “foram os apóstolos que a edificaram sob a orientação do Espírito e que asseguraram com fidelidade a

transmissão da mensagem evangélica”. Por outro lado, enquanto as notas anteriores não foram objeto de contestação, a apostolicidade está no centro das divergências entre as igrejas e das negociações ecumênicas.

Para abordar a problemática em torno da apostolicidade, Duquoc faz uma digressão na história da Igreja, desde os argumentos de Irineu de Lyon quanto à sucessão apostólica como critério de autenticidade evangélica, passando por Vincente de Lérins, para lembrar que, desde os primeiros séculos, a sucessão apostólica não era compreendida como garantia material. “A articulação entre a autenticidade da fé que constitui a Igreja e a sucessão apostólica não é mecânica. Remontar-se à origem da cadeia da imposição de mãos não basta para garantir a unidade da fé dos atuais herdeiros dessa sucessão” (DUQUOC, 2001, p. 153). Para De Lérins, a apostolicidade deveria ser compreendida a partir da “permanência no conteúdo da fé” (DUQUOC, 2001, p. 153). No século XVI, os reformadores também questionaram esse entendimento da sucessão apostólica, ao perceberem que o critério não estava cumprindo seu papel de manter a pureza doutrinária e a liberdade cristã. Assim, eles agravaram a necessidade de redefinir a sucessão apostólica.

Segundo Duquoc, esses exemplos demonstram que não é suficiente abordar a apostolicidade a partir da sucessão apostólica material, mas a partir da origem e do testemunho. Assim, segundo ele, “a apostolicidade é causa e consequência” (DUQUOC, 2001, p. 154). A apostolicidade não está garantida mecanicamente pela sucessão apostólica: “há sucessão legítima onde há um testemunho autêntico do Evangelho de Cristo” (DUQUOC, 2001, p. 154).

O assunto da apostolicidade e da sucessão apostólica está no centro do diálogo ecumênico. Para Duquoc (DUQUOC, 2001, p. 155), ou a Igreja a entende em “sentido rígido e material” e inviabiliza a catolicidade real das igrejas, ou a entende como “algo tão ideal que não elucida em nada o sentido da inscrição histórica da Igreja”. Segundo o autor, o projeto ecumênico requer tanto um como outro, ou seja: “a doutrina e a prática dos apóstolos” (DUQUOC, 2001, p. 155).

Agora, se a cadeia de imposição de mãos, como marco histórico da sucessão apostólica, não garante fidelidade à doutrina dos apóstolos, que outro critério poderia servir de garantia? Para discutir o problema, Duquoc (DUQUOC, 2001, p. 156) propõe uma condição indispensável: “que cada igreja reconheça a legitimidade relativa às questões surgidas de uma história eclesial agitada”. Para ele, qualquer tentativa de estabelecer uma “garantia” de apostolicidade apenas reforçará o problema e não respeitará os conflitos entre as igrejas (DUQUOC, 2001, p. 156).

Sem dúvida, as igrejas deverão encontrar uma solução para a demanda da apostolicidade. As igrejas concordam que é necessário haver um testemunho público de autenticidade da mensagem apostólica, mas divergem quanto aos critérios concretos da sucessão apostólica e de sua verificação. A definição desta nota é essencial para o avanço de debate ecumênico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas igrejas cristãs reconhecem a divisão como um problema grave e concordam que é urgente resgatar a unidade dos cristãos. Entendem que a unidade da Igreja é o desejo de Cristo, conforme expresso na oração sacerdotal – “Que todos sejam um” (Jo 17,21) – ao mesmo tempo em que é um dom de Deus para seu povo e uma obra do Espírito Santo. Além disso, a unidade é necessária para “que o mundo creia” (Jo 17,21), o que significa dizer que a divisão da igreja não apenas peca contra Deus, mas compromete a missão.

As divisões das igrejas são resultado de disputas não apenas teológicas, mas também de poder, por isso, a unidade ecumênica não se dará apenas no diálogo teológico, mas na revisão das pretensões de supremacia que impedem o diálogo entre igrejas fraternas. Qualquer expectativa de converter uma igreja aos moldes de outra representará risco de divisão.

Neste sentido, a obra de Duquoc oferece notável contribuição para o deslinde dos obstáculos teológicos e institucionais à unidade dos cristãos, ao partir das notas clássicas de reconhecimento da Igreja: una, santa, católica e apostólica, porém abordando-as desde o estado provisional da Igreja. O mérito da obra de Duquoc é justamente demonstrar a ambiguidade e precariedade dessas notas em face da perfeição do Reino de Deus, do qual todas as igrejas cristãs dão testemunho e cuja vinda todas aguardam na fé.

Como demonstra Duquoc, os qualificativos da Igreja não servem para absolutizar seu próprio modelo, mas para dar testemunho da graça de Deus que opera tudo em todos. Por isso, é necessário renunciar à tentação de impor o próprio modelo às demais igrejas e flexibilizar suas próprias tradições a fim de construir a unidade, a santidade, a catolicidade da igreja ao mesmo tempo em que reafirma sua pregação apostólica.

Tal postura abrirá caminho para a busca de modelos plurais e abertos, conforme se nos apresentam as igrejas do Novo Testamento. Lembrando o aforismo de Braques citado no início do livro de Duquoc, é a precariedade da Igreja que lhe confere o status de testemunha da verdade do Evangelho. Ao admitir sua precariedade, a Igreja se fortalece na fé e na esperança do Reino de Deus. ✠

REFERÊNCIAS

BRAKEMEIER, Gottfried. Ecumenismo: repensando o significado e a abrangência de um termo. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 33, n. 90, p. 195-216, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/793/1224>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

DUQUOC, Christian. **Creo en la Iglesia**: Precariedad institucional y Reino de Dios. Maliaño: Sal Terrae, 2001.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Ut unum sint**: sobre o empenho ecumênico. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

WOLFF, Elias. **A unidade da igreja**: ensaio de eclesiologia ecumênica. São Paulo: Paulus, 2007.

WOLFF, Elias. **Caminhos do ecumenismo no Brasil**: história, teologia, pastoral. São Paulo: Paulinas, 2002.

WOLFF, Elias. Divisões na Igreja: desafios para o ecumenismo hoje. **Theologica Xaveriana**, Bogotá, v. 65, n. 180, p. 381-407, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/thxa/v65n180/v65n180a05.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

WOLFF, Elias. Possibilidades e limites de uma eclesiologia ecumênica: traços de um caminho. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 33-54, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/9201/6335>>. Acesso em: 2 mar. 2018.